

O discurso indigenista mexicano: práticas e contradições (1940-1960)

Caroline Faria Gomes*

Em 1940 a política indigenista avançou com relação à sua institucionalização com a realização do I Congresso Indigenista Interamericano em Pátzcuaro, Michoacán, entre 14 e 24 de abril. Neste congresso estiveram presentes historiadores, etnólogos, antropólogos e sociólogos de todos os continentes. Na delegação mexicana estiveram presentes representantes de várias correntes, como Moisés Sáenz, Alfonso Caso, Manuel Gamio, Vicente Lombardo Toledano, Andrés Molina Enríquez e outros. Quem também esteve presente foi o então presidente mexicano Lázaro Cárdenas. Logo em seu discurso inaugural, Cárdenas afirmou que o objetivo das políticas indigenistas não seria o de indigenizar o México, mas sim mexicanizar os indígenas. No discurso inaugural desse congresso Cárdenas expos que:

México tiene entre sus primeras exigencias la atención del problema indígena y, al efecto, el plan a desarrollar comprende la intensificación de las tareas emprendidas para la restitución o dotación de sus tierras, aguas, bosques, créditos y maquinaria para los cultivos; obras de irrigación, lucha contra las enfermedades endémicas y las condiciones de insalubridad; fomento de las industrias nativas; acción educativa con el fin de elevar sus condiciones de vida y para enseñar-les sus derechos y responsabilidades para entrar en la comunidad nacional¹.

A solução de Cárdenas passava pela via da reforma agrária. Embora as personalidades da delegação mexicana pertencessem a diversas correntes, todas elas apoiaram a versão cardenista. Consuelo Sanchez afirma que, a princípio, o indigenismo definido no congresso seguiu um sincretismo entre o

agrarismo cardenista e as teorias indigenistas formuladas até então, principalmente por Manuel Gamio e Moisés Sáenz. Com o tempo, a vertente puramente integracionista se desenvolveu melhor e se impôs sobre as demais².

De maneira geral, as decisões do congresso se deram no sentido de que a incorporação dos indígenas seria tarefa do Estado por intermédio de medidas governamentais de caráter legislativo e administrativo. O propósito era o de integrar os indígenas na vida econômica, social e cultural da nação.

Na tarefa da integração dever-se-ia utilizar as virtudes das “raças” indígenas objetivando o progresso coletivo da nação. O presidente também chamou atenção para a dimensão continental da questão indígena, assim como o pertencimento dos indígenas a uma classe social na tarefa coletiva de produção, ou seja, assim como os mestiços, os indígenas também eram parte importante na produção de riquezas do México e, por conseguinte, no progresso da nação³.

Nesse primeiro Congresso Indigenista realizado em Pátzcuaro, foram criadas as metas oficiais das políticas indigenistas. Alejandro Marroquín em sua obra “Balance del indigenismo” publicada pelo Instituto Nacional Indigenista em 1972 resumiu as recomendações oficiais no

“Metas oficiales del indigenismo”. De acordo com Marroquín, no âmbito político o congresso recomendou a criação, em cada país, de órgãos para tratar dos assuntos indígenas. Outra determinação importante de ser analisada é a econômica no qual recomendou-se que não se mantivessem os indígenas na produção agrícola, mas que os orientassem para a indústria. De acordo com Marroquín o Congresso colocou a meta de “que no se pretenda mantener el índio en la agricultura; que cuando sea conveniente se le canalice para la industria”⁴.

A intenção dessa resolução seria a de fortalecer a disciplina dos grupos e conservar os aspectos positivos deles, ou seja, aqueles que estivessem de acordo com as aspirações nacionais. O desenvolvimento das comunidades deveria ser guiado visando a integração indígena à vida nacional de cada país. Para realização de todas essas tarefas, reuniões periódicas com

representantes indígenas de cada país permitiriam conhecer e cooperar com a ação indigenista⁵.

As elaborações desse congresso podem ser vistas como uma síntese de como se operacionalizaria a política indigenista mexicana a partir de 1940. Embora a política indigenista seja vista como uma elaboração original e adequada ao “problema indígena”, o autor Hector Díaz-Polanco afirma que na verdade a ação indigenista responde à prática do sistema capitalista em geral, que tenta um constante processo de assimilação e destruição das demais formas de contato⁶. Podemos notar a pertinência de tais ideias ao tomarmos como referência algumas resoluções do congresso de Pátzcuaro. O que se esconde por trás da ideia de melhorar a situação econômica das comunidades é o desejo de inserir os indígenas na lógica de produção capitalista. O desejo de orientá-los para os trabalhos industriais traz em seu fundo a vontade de expandir o mercado interno e incorporar ao processo de exploração técnica algumas regiões que até então haviam sido refúgio dos indígenas. Antonio Carlos Amador Gil também corrobora essa ideia ao afirmar que:

A partir dos anos de 1940 e, principalmente a partir dos anos de 1950, podemos citar, como exemplos desta política, os assentamentos étnicos em zonas periféricas, as “regiões de refúgio”, os projetos hidrelétricos e industriais e outros, que visavam eliminar a semi-independência econômica e a identidade cultural dos grupos indígenas, para convertê-los num proletariado rural, isto é, numa massa com consciência de classe, mas desprovida de qualquer sentido significativo de identidade étnica⁷.

Nessa perspectiva podemos entender o indigenismo também como um recurso utilizado pelo governo e pelas elites para perpetuar e reforçar o sistema de poder estabelecido. O limite das mudanças engendradas pelos programas indigenistas seria o de não alterar nem colocar em perigo a estrutura de poder nem os canais de exploração econômica que caracterizavam a sociedade majoritária⁸.

Podemos entender o Congresso de 1940 como um marco na transformação da política indigenista que, antes dele, atuava principalmente no plano da educação, e após o congresso passou para uma dimensão de introdução à produtividade, ao consumo e ao desenvolvimento tecnológico⁹. As campanhas de alfabetização empreendidas durante a década de 20 e 30 devem ser inseridas no contexto da tentativa dos governos de fundarem um novo pacto social pós revolução e acelerar o processo de desenvolvimento econômico. Via-se na educação o instrumento certo para alcançar uma integração nacional e uma assimilação dos elementos tidos como marginais. Nesse cenário o professor foi tido como de suma importância na mediação do processo de integração. Um exemplo disso foram as grandes campanhas de alfabetização que foram apresentadas como cruzadas contra a ignorância, como as missões culturais de Vasconcelos.

A partir da década de 1940 a política indigenista ganhou novos contornos. A antropologia passou a ser o caminho para as políticas integracionistas. Sendo assim, ela foi concebida no México como parte de um grande projeto para criar a sociedade nacional baseada na homogeneização guiada pelo Estado. A antropologia serviu como instrumento para a aculturação e assimilação das diferenças no continente americano e como parte de um projeto de Estado para elaboração da identidade nacional¹⁰.

Os antropólogos foram vistos como principais agentes sociais e mediadores do processo de mudança sociocultural, e, no caso mexicano, como os executores das políticas públicas de mestiçagem. Para esses intelectuais a função da antropologia enquanto servidora do Estado mexicano era necessária. Essa fusão daria um caráter científico às ações governamentais. Ao mesmo tempo caía-se numa contradição, pois ao passo que alguns indigenistas afirmavam uma vontade de dar voz às culturas indígenas, eles ocupavam importantes cargos políticos e administrativos nas mais diferentes instituições de difusão e aplicação do discurso integracionista estatal.

A valorização da antropologia nessa época pode ser comprovada pela criação de diversas escolas e institutos de antropologia no México que objetivavam pensar os problemas do país. Uma das escolas criadas foi a Escola Internacional de Arqueologia e Etnologia das Américas (EIAEA) criada

no final de 1910, que apesar dos esforços dos antropólogos que estiveram em sua direção, como Franz Boas (1911-1912), Jorge Engerrad (1912-1913), Alfred Marston Tozzer (1913-1914) e Manuel Gamio (1915), encerrou seu programa em 1915 devido às instabilidades políticas advindas da Revolução Mexicana. Em 1937 o ensino de antropologia foi reintroduzido a partir da fundação do Departamento de Antropologia (DA), do Instituto Politécnico Nacional (IPN). Esse Departamento já em 1938 passou a ser vinculado ao Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH) que também criou a Escola Nacional de Antropologia e História (ENAH) que até a atualidade exerce papel de suma importância nos estudos antropológicos. Em 1950, visando aumentar seu quadro de profissionais, o Instituto Nacional Indigenista (INI) firmou um convenio com a ENAH para que esta oferecesse o curso de Antropologia Social Aplicada, com ênfase nas questões indígenas. Os alunos interessados podiam exercer suas práticas dentro das regiões indígenas trabalhadas pelo INI, e, além disso, ao final de sua formação poderiam conseguir cargos dentro desse órgão. Nota-se com isso que a integração almejada pelo indigenismo dos anos 1910 à 1940 teve como principal mediador a figura do professor, no entanto a partir de 1950 é o antropólogo que ganha destaque na mediação¹¹.

As teorias racialistas do século XIX permitiram a elaboração de esquemas que hierarquizavam as sociedades, sob as denominações de inferiores e superiores, e permitiam estabelecer graus de progresso em que cada uma se encontrava. Como vimos, essas ideias foram usadas na tentativa de assimilar as populações indígenas e os integrar à sociedade nacional. Esse processo de assimilação implicava o abandono por parte dos indígenas de suas características culturais vistas como negativas e responsáveis pelo atraso mexicano. O congresso de 1940 expressou uma mudança de atitude ao rechaçar tais teorias baseadas no evolucionismo científico para adotar, pelo menos ao nível teórico, a perspectiva do relativismo cultural de origem norte-americana¹².

A concepção evolucionista será vista como etnocêntrica para doravante buscar uma integração dos indígenas à sociedade nacional respeitando aspectos de sua cultura. No entanto, os integracionistas logo se darão conta da contradição entre o respeito às culturas e a necessidade do Estado de

implementar projetos de integração. Afinal, se levassem em conta o absoluto respeito à cultura indígena, o ideal de homogeneização buscado pelo Estado-nação moderno ficaria totalmente comprometido. Diante de tal situação, os antropólogos integracionistas logo buscarão, mesmo que de forma implícita, reintroduzir velhas ideias do etnocentrismo a que tanto haviam criticado. Com isso, as culturas indígenas só passarão a ser respeitadas nos aspectos que não contrariam a formação da cultura nacional.

As determinações do Congresso de Pátzcuaro resultaram na criação do Instituto Indigenista Interamericano (III). Moisés Sáenz foi nomeado primeiro diretor desse órgão, cargo que ocupou até 1942 quando Manuel Gamio assumiu a direção e se manteve até sua morte em 1960. Segundo as atas do Congresso de Pátzcuaro, algumas das tarefas do III seriam: resgatar o patrimônio cultural indígena; melhorar suas condições de saúde e educação; lutar contra a discriminação racial; defender a propriedade das terras e sua reforma agrária; defender o patrimônio cultural preservando a memória histórica dos povos indígenas; preservar a arte indígena; vincular a medicina tradicional à ocidental buscando-se sempre métodos preventivos e campanhas de alfabetização em língua materna.

Esses eram os objetivos oficiais do III, no entanto, é preciso confrontá-los com a prática e os interesses por trás dessas metas. Fala-se em preservação dos valores indígenas, no entanto, só há vontade de preservar os valores que coincidem com a cultura nacional homogênea, dominada pelos valores mestiços. Os demais valores indígenas foram sempre vistos como distantes e folclóricos, como peças de museus a serem preservadas, mas nunca tomadas como condizentes com a realidade e a contemporaneidade. A ideia central indigenista era a de educar os indígenas para que eles abandonassem seus hábitos vistos como atrasados e incompatíveis com a cultura nacional moderna. Podemos questionar até mesmo a ideia de que a ação indigenista empreendida dentro das comunidades era destinada à população indígena já que a finalidade última de tais empreendimentos visava a formação da nação homogênea por intermédio do que os indigenistas chamavam de aculturação¹³.

De acordo com Henry Favre, os trabalhos do Instituto Indigenista Interamericano, basearam-se em três princípios fundamentais. O primeiro é de que a questão indígena é de interesse público e urgente, por isso todos os governos devem dar prioridade a ela. O segundo princípio é que tal questão não é de ordem racial, mas de natureza cultural, social e econômica. O último princípio diz respeito à defesa dos direitos indígenas e garantias de que eles terão assegurado o acesso ao progresso econômico e aos recursos modernos ocidentais¹⁴.

Após a criação do Instituto Indigenista Interamericano em 1940, cada país deveria criar seu próprio instituto indigenista. Já em 1943, Colômbia, Equador e Bolívia criaram seus institutos nacionais. A partir daí, outros países como Peru, Argentina, Guatemala e Costa Rica seguiram o mesmo modelo. Seguindo as orientações do Congresso de Pátzcuaro, foi criado no México, em 1948, o Instituto Nacional Indigenista (INI). A criação desse instituto fez parte de um projeto associado ao desenvolvimentismo do governo de Miguel Alemán (1946 – 1952) marcado pelo chamado “milagre econômico”, período de forte industrialização baseado na substituição de importações no México. A função desse instituto seria a de elaborar e aplicar a política indigenista no México, através da investigação das comunidades indígenas¹⁵.

De acordo com Casas Mendonza, três princípios nortearam as práticas do INI: a racionalidade das práticas a serem estimuladas, o enfoque regional e o caráter integral dos programas, isso quer dizer que o desenvolvimento deveria atingir um leque de ações (saúde, educação, economia, comunicações, entre outras). Em suma a atuação do INI deveria ser planejada, atingir diferentes campos, e ser aplicada a uma região, mas entendida como um todo articulado¹⁶.

A participação dos antropólogos se tornou vital, pois se considerava que o modelo anterior, que dominou durante a etapa incorporacionista, tinha fracassado por não ter levado em consideração as diferenças socioculturais e os contextos regionais. A direção do INI foi dada ao já destacado antropólogo Alfonso Caso.

Alfonso Caso se formou em Direito na Universidad Nacional Autónoma de México em 1919. Entre 1918 e 1940 foi professor de filosofia da Unam e da

Escola Nacional de Leis da Universidade de Chicago. Seu interesse pela arqueologia era latente, tanto que, entre 1930 e 1933 se tornou diretor do Departamento de Arqueologia do Museu Nacional. Uma de suas contribuições mais importantes foram as investigações das culturas zapotecas e mixtecas¹⁷.

Alfonso Caso, diretor do INI, entre 1940 e 1970, confiou a Gonzalo Aguirre Beltrán o comando do projeto de criação dos chamados Centros Coordenadores Indigenistas (CCIs), através de decretos presidenciais. Para isso foi selecionada a região de Chiapas que, desde a década de 1930, era alvo de inúmeras pesquisas por parte de antropólogos. O objetivo seria o de introduzir um modelo de desenvolvimento regional e de ação direta no qual seria estabelecido um escritório central em San Cristóbal de las Casas, para a partir daí criar unidades menores de ação regional, como escolas e clínicas¹⁸.

Esse primeiro projeto regional de ação integracionista, o Centro Coordenador da Região Tzeltal-Tzotzil, foi criado no estado de Chiapas em 1951 e compreendia os pressupostos indigenistas explicitados no Congresso de Pátzcuaro. Nessa zona já se buscava um desenvolvimento integral da região intercultural levando em consideração a dependência mútua entre indígenas e mestiços.

Um conceito elaborado pelo autor e de suma importância para entendermos o papel dos CCIs, é o de Regiões de Refúgio. Para ele, essas regiões seriam as áreas distantes das cidades onde os indígenas viveriam segregados do sistema sócio econômico imperante a nível nacional.

Após uma investigação arqueológica na região tzeltal-tzotzil na área maia meridional, Aguirre Beltrán constatou que:

Hoy como en la Colonia y como en la antigua época precortesiana, las comunidades indígenas folk se presentan como partes de un sistema constituido por un núcleo dominante ladino- mestizo o nacional- en derredor del cual giran, como satélites, los pueblos indios. Entre una y otra comunidad indígena no existen relaciones directas de importancia; la interacción entre una y otra comunidad se realiza al través del núcleo rector¹⁹.

Segundo Aguirre Beltrán a população tzeltal-tzotzil vivia em formas similares a cidades-estado de cultura complexa originadas dos antigos centros cerimoniais pré-colombianos. Essas regiões dominavam as áreas ao redor, onde habitavam comunidades camponesas. Essas comunidades, por sua vez, se organizavam ao redor de seus respectivos centros cerimoniais secundários e terciários. Entre o principal centro cerimonial, núcleo das cidades-Estado, e essas comunidades camponesas existia grande interdependência. Para o autor, a época da colonização representou um período de desorganização dessas relações bem como, para ele, houve pouca resistência ao conquistador por parte das comunidades ilhadas e independentes²⁰.

O conquistador teria organizado na Cidade Real, atual San Cristóbal de Las Casas, uma cidade que funcionava como um burgo europeu medieval, mas seguiu o mesmo molde maia de integração regional. Da desestabilização das estruturas maias, se seguiu o surgimento de uma rígida “estrutura de castas” que deu ao núcleo mestiço um status de superioridade e dominância. A Independência, mesmo com a declaração de igualdade de todos os cidadãos, não foi capaz de romper a estrutura colonial econômica e de castas que teria chegado até o século XX com bastante força²¹.

Sobre as interações econômicas entre as comunidades indígenas nas chamadas zonas de refúgio e os núcleos mestiços, Aguirre Beltrán afirmou que, assim como no período colonial, as comunidades indígenas se apresentavam na atualidade como partes de um sistema constituído por um núcleo dominante mestiço ou nacional, ao redor do qual giravam como satélites. Não há entre as comunidades indígenas importantes relações diretas, mas a relação de interação entre uma e outra comunidade se dá através do núcleo reitor mestiço. O autor afirmou que esse modelo ocorreu em muitos lugares, onde viviam diversos grupos étnicos na América Latina, inclusive entre os tzeltal-tzotzil de Chiapas. Ele chamou esse sistema de satélite onde há um sistema solar de mercado regido por uma cidade mestiça²².

Posto isso, Aguirre Beltrán advogou que, para a modificação desse sistema, as ações de modernização exercidas deveriam se dirigir tanto aos índios como aos mestiços. A destruição da interdependência entre núcleo mestiço e satélite

indígena não seria a meta do programa integracionista. A meta a se perseguir seria a de desenvolver ambas regiões e assim facilitar a integração das partes.

A sede dos CCIs devia se localizar em uma cidade mestiça, metrópole da região de refúgio, com a finalidade de funcionar como centro reitor de onde derivariam as diretrizes administrativas. Logo, as sede dos CCIs foram construídas nas áreas de mercado onde havia maior interação entre a população indígena e a mestiça. Como afirmou Aguirre Beltrán:

[...] la sede del Centro Coordinador se localiza en la ciudad ladina, metrópoli de la región de refugio, con el fin de aprovechar su condición de núcleo rector del que derivan las directrices que controlan las relaciones de todo orden entre la urbe y su hinterland²³.

A intensidade das ações não seria a mesma em todas as regiões. Aguirre Beltrán dividiu a atuação dos CCIs em três áreas. A primeira seria a de demonstração no qual se instalariam os serviços sanitários, agrícolas e médicos. A intenção seria de organizar projetos de desenvolvimento econômico que mostrassem aos indígenas formas modernas de explorar os recursos da região, como o solo, os pastos, rios, lagos e bosques. Nessa área seria possível manter um contato direto e constante com a população receptora. A segunda área seria a de difusão, onde o CCI não teria condição de implementar uma ação direta devido à falta de fundos necessários ou às barreiras de resistência indígena. De qualquer forma chegariam influências das campanhas sanitárias, educativas e de recreação. Nessa área chegariam os efeitos de demonstração da área anterior e, com isso, se despertaria na população indígena desejos reais de desenvolvimento. A terceira área seria a de migração que está fora das regiões de refúgio, no entanto é onde alguns indígenas concorrem por alugar suas forças de trabalho (comumente áreas de plantação de açúcar, café e outros). Nesta área o INI tinha uma ação só de vigilância aotratamento dado aos trabalhadores agrícolas migratórios²⁴.

Na dinâmica de integração, teriam especial importância os indivíduos especificamente encarregados de induzir a troca cultural. De acordo com

Aguirre Beltrán, a possibilidade de introduzir novos elementos em sociedades em processo de integração não é uma ocorrência comum e se esses elementos são impostos desde fora eles dificilmente serão aceitos. Nos casos de coerção autoritária, o resultado inevitável é o choque cultural e a consequente desintegração do grupo e desorganização da cultura. No entanto, a aceitação do novo é mais fácil quando este é imposto desde dentro, por indivíduos que procedem do próprio grupo. Por isso, o processo de aculturação deveria se dar por intermédio de indivíduos extraídos da própria comunidade indígena, que atuariam como veículos e instrumentos de modificação. Aguirre Beltrán afirmou que se as comunidades fossem totalmente fechadas, como sugeriram alguns estudos, não seria possível encontrar tais indivíduos promotores da troca cultural²⁵.

Organizadas pelos Centros Coordenadores, as Escolas de Formação de Promotores Culturais buscavam capacitar esses agentes promotores da aculturação para atividades como administração pública, salubridade, educação fundamental, atividades agropecuárias e outras. Aguirre Beltrán afirmou que sempre há que se ter em conta o risco desses agentes promotores se desarraigarem de suas comunidades e se separarem para sempre de sua cultura. Para que isso não ocorra, a essas pessoas são dadas apenas tarefas de baixo nível técnico. Nos Centros Coordenadores havia também os agentes de aculturação que, apesar de serem bilíngues, eram de fora das comunidades e, por isso, exerciam funções de maior grau técnico (professores rurais, enfermeiros, assistentes sociais, etc.). Há também os funcionários de nível superior, como economistas, médicos, engenheiros, arquitetos, e outros, que, no geral, ignoram a língua indígena e se apoiam nos intermediários indígenas para poderem exercer suas atividades. O diretor geral do Centro Coordenador, destinado a promover o desenvolvimento integral do sistema regional, deveria ser sempre um antropólogo e não um funcionário administrativo, já que se supunha que o antropólogo era o profissional mais indicado para lidar com os problemas de contato entre os grupos humanos que participam de culturas diferentes²⁶.

Aguirre Beltrán também afirmou a importância da reforma agrária com finalidades integracionistas. Para ele os países como México²⁷ e outros que

têm um projeto de reforma agrária em marcha contam com um apoio a mais no exercício da ação integracionista. Aguirre Beltrán assegurou que a importância da Reforma Agrária se dá na medida em que:

[...] al despertar en el campesino el sentimiento de posesión de la parcela que cultiva, le otorga seguridad económica, garantía de independencia y status de dignidad en un nuevo orden que genera poderosos incentivos de cambio socio-cultural y se encamina, al través del aumento en la productividad, y el reparto justo del ingreso, al logro de niveles más altos y formas de vida más decorosas²⁸.

Para Aguirre Beltrán, apesar dessa necessidade, no México, a reforma agrária chegou às regiões de refugio com atraso e debilidades. Nessas regiões que seriam as que mais precisam de tais reformas, há uma forte oposição das oligarquias locais. A função dos CCIs, nesse caso, seria a de auxiliar na redistribuição de terras assessorando as comunidades a solicitar a redistribuição, ofertando meios, como advogados e fiscais, para que a reforma se realize e fiscalizando para que as sentenças sejam concretizadas. Aguirre Beltrán também afirmou que o processo de reforma agrária não deveria terminar com a distribuição de terras, mas que ele deveria se prolongar em uma reforma agrícola de tipo integral na qual dever-se-ia induzir à mudança de tecnologia agrícola usada pelas comunidades e também mudar as motivações e atitudes da comunidade para que novas técnicas e conhecimentos sejam aceitos e assimilados. Para Aguirre Beltrán, nas comunidades mais modernas bastaria levar o conhecimento e aprendizagem de novas técnicas, já nas culturas indígenas mais primitivas e fechadas às mudanças, seria preciso estabelecer condições prévias e induzir transformações na configuração total da cultura e nas normas e valores tradicionalmente estabelecidos.

No que diz respeito à função econômica, os CCIs deveriam atuar de modo a fazer com que as políticas da administração federal chegassem até as zonas de refúgio. Por exemplo, seria função dos CCIs, fazer a ponte para que os programas de crédito chegassem não só aos indígenas, mas também aos mestiços da região. Um mecanismo dos CCIs seria o de assessorar os *ejidos* e

comunidades para o uso racional de seus recursos florestais, agrícolas e pecuários com finalidade de introduzi-los na economia moderna e na melhoria em relação à obtenção de lucros.

Outra função de suma importância dos CCIs seria a de implantar diretamente a ação educativa com o objetivo de alfabetizar e a castelhanizar. Os projetos de alfabetização geraram um intenso debate sobre o destino das línguas indígenas. A etapa integracionista do indigenismo se mostrou mais tolerante com as línguas indígenas do que à época assimilacionista da década de 1920, já que, no integracionismo buscou-se difundir o castelhano como língua nacional, mas salvaguardando as línguas nativas. Nesse sentido se propôs que se ensinasse simultaneamente o espanhol e a língua autóctone²⁹.

Por fim, a construção de uma infraestrutura sanitária também seria de suma importância, já que a medicina indígena era vista como obsoleta e influenciada por práticas religiosas e de magia, o que, para Aguirre Beltrán, provocava a invalidez e a morte. Com isso, a ação indigenista deveria buscar racionalizar e secularizar os conceitos médicos tradicionais.

Os projetos dos CCIs levaram a antropologia mexicana ao cenário internacional. O historiador britânico Arnold Toynbee após uma visita aos CCIs, enviou uma carta a Alfonso Caso dizendo:

“Salí de allí con el sentimiento de que usted está haciendo un trabajo pionero que deberá ser estudiado y seguido en otras repúblicas latino-americanas, y también otros muchos países en los dos continentes [...] En Chamula sentí que estaba viendo un epítome de la historia de México desde la conquista. Pero la transformación social que el Instituto está llevando a cabo es también algo que tiene un interés mundial [...] Permítame manifestarle que ninguna otra parte del mundo está siendo aplicada la Antropología con el acierto que usted y el personal del Instituto la está aplicando en México ”³⁰.

As medidas tomadas nos CCIs e pelo INI, de forma geral, foram seguidas em diversos países americanos e também ganharam a atenção de importantes antropólogos da época, como Robert Redfield, Sol Tax e outros.

Os projetos aplicados pelo INI colocaram a antropologia mexicana em posição de destaque mundial.

Os CCIs foram criados para desenvolverem uma ação integracionista tanto na região indígena, como na mestiça, mas na realidade eles atuaram exclusivamente nas regiões indígenas³¹.

* UFES. Contato: carol.fariagomes@gmail.com

¹ SÁNCHEZ, Consuelo. **Los pueblos indígenas**: del indigenismo a la autonomía. México: Siglo XXI, 1999. p. 41.

² SÁNCHEZ, Consuelo. **Los pueblos indígenas**: del indigenismo a la autonomía. México: Siglo XXI, 1999. p. 41.

³ SÁNCHEZ, Consuelo. **Los pueblos indígenas**: del indigenismo a la autonomía. México: Siglo XXI, 1999. p. 40.

⁴ MARROQUÍN, Alejandro D. **Balance del indigenismo**: informe sobre la política indigenista en América. México: Instituto Indigenista Interamericano, 1972. p. 24

⁵ BARRE, Marie-Chantal. **Ideologías indigenistas y movimientos indios**. México: Siglo XXI, 1985. p. 36.

⁶ DÍAZ-POLANCO, Héctor. Indigenismo, populismo y marxismo. **Nueva Antropología** vol 9, 1978. p 7-32.

⁷ GIL, Antonio Carlos Amador Gil. As ciências sociais ao serviço do colonialismo? A Antropologia aplicada, o auge do indigenismo e sua crise no México da segunda metade do século XX. **Dimensões**, vol. 29, 2012, p. 309-332. p. 311

⁸ WARMAN, Arturo. Todos santos y todos difuntos: Crítica histórica de la antropología mexicana. In: **De eso que llaman antropología Mexicana**. Mexico: Editorial Nuestro Tiempo. p.31.

⁹ BÁEZ-JORGE, Félix. Antropología e Indigenismo en Latinoamérica Señas de Identidad. In Miguel León Portilla (coord.). **Motivos de la Antropología Americanista**, FCE, México, 2002. p.23

¹⁰ PUIG, André Fábregas. De La Teoría de la Aculturación a la Teoría de la Interculturalidad Educación y Asimilación: El Caso Mexicano. **Intercultural Communication Studies XXI**: 1. Universidad Intercultural de Chiapas, México, 2012. p.2.

¹¹ CASAS MENDONZA, Carlos Alberto. **Nos olhos do outro**: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento. Brasil-México (1940-1970). Campinas, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p.196.

¹² Conceito elaborado por Franz Boas no qual busca-se escapar de qualquer etnocentrismo no estudo de uma cultura particular. O assunto será melhor tratado adiante.

¹³ BONFIL BATALLA, Guillermo. Do indigenismo da Revolução à antropologia Crítica. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (Orgs.). **Antropologia e indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 1981. p. 91.

¹⁴ FAVRE, Henry. **El indigenismo**. México: Fondo de Cultura Económico, 1998. p. 104.

¹⁵ BARRE, Marie-Chantal. **Ideologías indigenistas y movimientos indios**. México: Siglo XXI, 1985. p. 38.

¹⁶ CASAS MENDONZA, Carlos Alberto. **Nos olhos do outro**: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento. Brasil-México (1940-1970). Campinas, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 175

¹⁷ NÚÑES LOYO, Verónica. **Crisis y redefinición del indigenismo en México**. México: Instituto Mora, 2000. p. 34.

¹⁸ CASAS MENDONZA, Carlos Alberto. **Nos olhos do outro**: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento. Brasil-México (1940-1970). Campinas, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p.180.

-
- ¹⁹ AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Obra Antropológica VI. El proceso de aculturación y el cambio socio-cultural en México.** México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.182.
- ²⁰ AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Obra Antropológica VI. El proceso de aculturación y el cambio socio-cultural en México.** México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.181.
- ²¹ AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Obra Antropológica VI. El proceso de aculturación y el cambio socio-cultural en México.** México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.182.
- ²² AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Obra Antropológica VI. El proceso de aculturación y el cambio socio-cultural en México.** México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.180.
- ²³ AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Obra Antropológica IX. Regiones de refugio. El desarrollo de la comunidad y el proceso dominical en mestizo América.** México: Fondo de Cultura Económica, 1991. p. 277.
- ²⁴ CASAS MENDONZA, Carlos Alberto. **Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento.** Brasil-México (1940-1970). Campinas, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p.181.
- ²⁵ AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Obra Antropológica VI. El proceso de aculturación y el cambio socio-cultural en México.** México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p.189.
- ²⁶ AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Obra Antropológica IX. Regiones de refugio. El desarrollo de la comunidad y el proceso dominical en mestizo América.** México: Fondo de Cultura Económica, 1991. p. 276.
- ²⁷ A reforma agrária no México ganhou força com a elaboração do artigo 27 da Constituição de 1917 no qual autorizava-se o governo a fazer expropriações por motivos de utilidade pública e conduzir a fragmentação dos latifúndios em benefício da pequena propriedade e dos pueblos.
- ²⁸ AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. **Obra Antropológica IX. Regiones de refugio. El desarrollo de la comunidad y el proceso dominical en mestizo América.** México: Fondo de Cultura Económica, 1991. p. 279.
- ²⁹ ALTAMIRANO, Carlos (org). **Historia de los intelectuales en América Latina II: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX.** Buenos Aires: Katz Ediciones, 2010. p.591.
- ³⁰ *Acción Indigenista*, dezembro de 1953, No. 6, p. 3 apud BÁEZ-JORGE, Félix. **Antropología e Indigenismo en Latinoamérica Señas de Identidad.** In Miguel León Portilla (coord.). **Motivos de la Antropología Americanista**, FCE, México, 2002. p. 26.
- ³¹ ARMAS, Margarita Nolasco. A antropologia aplicada no México e seu destino final. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. (Orgs.). **Antropologia e indigenismo na América Latina.** São Paulo: Cortez Editora, 1981. p. 79.